



REQUERIMENTO Nº , DE 2025
(Do Senhor Filipe Barros)

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre os impactos geoeconômicos da aquisição de ativos estratégicos nacionais por fundos soberanos e fundos de pensão estrangeiros.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater, com o Senhor João Pedro Barroso do Nascimento, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os riscos e repercussões geopolíticas associados ao avanço, nos últimos cinco anos, de fundos soberanos e fundos de pensão estrangeiros na aquisição de ativos estratégicos brasileiros, sobretudo nos setores de energia, logística, infraestrutura crítica e insumos industriais de base.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), por meio desta audiência pública, pretende discutir os riscos e repercussões geopolíticas associados ao avanço, nos últimos cinco anos, de fundos soberanos e fundos de pensão estrangeiros na aquisição de ativos estratégicos brasileiros, sobretudo nos setores de energia, logística, infraestrutura crítica e insumos industriais de base.

A expansão silenciosa desse capital — muitas vezes vinculado a Estados estrangeiros e, em alguns casos, a estratégias de projeção de poder — suscita preocupações legítimas quanto à soberania econômica nacional e à manutenção do





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Apresentação: 23/06/2025 15:55:35.513 - CRED

REQ n.96/2025

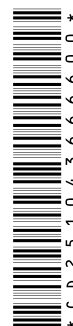
controle decisório sobre segmentos essenciais para a segurança do país. São crescentes os casos em que grupos ligados a governos estrangeiros, direta ou indiretamente, assumem posição relevante em empresas que operam em setores críticos, com implicações estruturais de longo prazo.

A ausência de filtros geoeconômicos ou de salvaguardas estratégicas no processo de avaliação dessas operações, por parte do sistema regulatório brasileiro, pode abrir caminho para a formação de estruturas societárias vulneráveis à pressão política internacional ou à captura normativa por interesses incompatíveis com a autonomia nacional.

Torna-se, portanto, necessário que esta Comissão ouça a CVM sobre os seguintes pontos:

- i. Quais mecanismos de monitoramento e controle a CVM adota para mapear a presença crescente de fundos soberanos e de pensão estrangeiros em empresas de setores sensíveis à segurança nacional?
- ii. Existe, no escopo de atuação da CVM alguma diretriz, instrução normativa ou mecanismo que integre critérios geopolíticos ou de soberania ao processo de avaliação de fusões, aquisições ou investimentos estrangeiros relevantes?
- iii. A CVM possui diálogo institucional com o Conselho de Defesa Nacional, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) ou outros órgãos de inteligência econômica para compartilhamento de dados sensíveis ou identificação de riscos sistêmicos no mercado de capitais?
- iv. Qual o entendimento da CVM sobre a fronteira entre investimento legítimo e estratégias de influência estrangeira por meio da ocupação de espaços decisórios em empresas privadas brasileiras com atuação em setores estratégicos?

A presente audiência pública se justifica diante da crescente centralidade do tema da soberania econômica no contexto internacional contemporâneo, em que a disputa por cadeias de suprimento, ativos energéticos e infraestrutura crítica passou



CD251043666600



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

a ser conduzida por instrumentos financeiros e movimentos de capital — com efeitos políticos muitas vezes mais profundos que acordos diplomáticos ou tratados comerciais.

Nestes termos, solicitamos a aprovação da presente audiência pública, para que possamos avançar no mapeamento dos riscos e construir salvaguardas institucionais compatíveis com os interesses estratégicos do Brasil.

Sala da Comissão, em de junho de 2025.

Deputado Filipe Barros
PL/PR

